

A ‘VONTADE DE GOVERNAR’: CONFLUÊNCIAS NOS MODOS DE CONTROLE MILITAR E EMPRESARIAL DO TERRITÓRIO¹

Edwin Alberto Muñoz Gaviria

Doutor em Planejamento Urbano e Regional - IPPUR/UFRJ.

Pós-doutorando do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/UFRJ.

e-mail: emugaia@hotmail.com

1. Introdução

Pelo recurso à noção de “governança territorial” a literatura gerencial vem concebendo a participação das empresas na gestão e o desenvolvimento dos territórios. As empresas procurariam, por esta via, estabelecer estratégias de “ancoragem territorial” que as habilitariam para participar da construção do “bem comum territorializado”, na tentativa de gerar relações de proximidade com os diferentes atores presentes no território; proximidade social entendida como condição necessária para sua inserção econômica em condições de competitividade (Amilhat Szary, 2010, p. 10). Trata-se principalmente de empresas cuja atividade produtiva as torna dependentes de localizações específicas como no caso das indústrias extrativas, do agronegócio e das grandes barragens, entre outras. Sendo que as empresas com mais capacidade de deslocamento acudiriam à *chantagem localizacional* (Acselrad e Bezerra, 2010) como mecanismo de pressão para reduzir os níveis de desregulação social, ambiental e fiscal, e assim viabilizar melhores condições para o negócio, para empresas com menor mobilidade ou com maior rigidez localizacional, tal mecanismo seria insuficiente. Isto porque a implantação destas empresas acostuma gerar tensões de nível variável, dependendo do grau de organização e resistência social e política das populações atingidas, frente aos danos produzidos pelo empreendimento.

Entretanto, os territórios e suas populações têm-se tornado alvos de um tipo de “ação social” empresarial. Programas em diversos âmbitos da vida local como: educação, saúde, esporte, geração de renda, empreendedorismo, etc., são idealizados, executados e

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil.

monitorados por profissionais próprios da empresa, e frequentemente coordenados pelos denominados departamentos de “relações com a comunidade”, ou através de consultores externos ou mesmo de fundações, Ongs e universidades que prestam tais serviços à empresa. Coloca-se em marcha o que poderíamos chamar de um “exército” de profissionais dotados do conhecimento para incursionar em contextos usualmente caracterizados pela presença de populações marginalizadas, onde os espaços vazios deixados pela ausência histórica do Estado são aqueles aproveitados pelo ativismo social das empresas.

Enquanto o interesse pelos recursos territorializados vai acompanhado de uma inusitada preocupação social na lógica da empresa, tal situação não deixa de evocar - desde múltiplos aspectos-, determinados modos de ocupação militar dos territórios. Acselrad (2014) tem chamado a atenção sobre o sentido autoritário de tais confluências na atualidade; do paralelismo entre as estratégias e propósitos dos modos de operação dos grandes interesses econômicos - ao fazer controle territorial sobre as áreas requeridas para a instalação de grandes projetos de investimento- e as lógicas de operação militar características de períodos de exceção. No que concerne à interfase de interação com as populações atingidas em um ou outro caso, são realizadas ações de assistencial social, ora denominadas como “cívico-sociais” nas forças militares, ora como de “responsabilidade social” nas empresas, cujo efeito seria o de desmobilizar os movimentos críticos. Concordando certamente com a identificação de tais confluências, o presente texto propõe aprofundar em sua análise, auscultando nas transformações recentes que tais formas de dominação –militares e empresariais- têm experimentado, no propósito de ampliar nossa compreensão sobre os sentidos e efeitos das práticas através das quais se promove hoje o papel das empresas no desenvolvimento dos territórios. Mas do que um exame exaustivo, que supera por muito as possibilidades deste texto, pretendem-se indicar alguns traços e perspectivas de interpretação do fenômeno em questão.

2. Confluências militares e empresariais

Em tempos de globalização econômica as políticas neoliberais, o poder político das grandes corporações e os complexos político-militar-empresarial tendem a uma integração das estruturas coloniais do tipo internacional, intrarregional e transnacional. Segundo González Casanova (2009) tal articulação se explicaria pela tentativa de maximizar o domínio

e as utilidades do sistema capitalista sem atingir as contradições que lhe são intrínsecas. Uma evidência desta articulação é particularmente perceptível nas estratégias mais contemporâneas de forças militares de ocupação e de grandes empresas que se instalam em territórios para a exploração dos seus recursos.

No plano militar, os anos 1960 foram marcados por mudanças nos paradigmas da confrontação bélica pela relevância que tomaram as guerras internas ou contrainsurgentes, atingindo seu auge após a terminação da guerra fria, com as mudanças organizativas das agrupações insurgentes. E, mais contemporaneamente, com a declarada guerra antiterrorista empreendida pelos Estados Unidos após os ataques do 11 de setembro de 2001. A reflexão sobre o combate a tais formas de conflito virou o objeto central do desenvolvimento das “artes” e tecno-ciências militares, a tal ponto que alguns afirmam que tem acontecido uma “revolução nos assuntos militares” (Hardt e Negri, 2004, p. 65) nas forças político-militares hegemônicas, passando a ser considerada a guerra contrainsurgente como a forma principal da guerra em nível mundial (González Casanova, 2009).

Entretanto, constata-se também como as formas de operação de empresas dependentes de recursos territorializados, têm-se nutrido dos desenvolvimentos teórico-práticos das ciências militares, em aspetos associados aos âmbitos de atuação mercantil e não-mercantil. Segundo recopila Lima Junior (2010) - a respeito do trânsito da noção de estratégia do setor militar para o empresarial e o público- até os anos 1960, esta noção teria sido utilizada principalmente, além do âmbito militar, só para efeitos eleitorais. Seu uso no âmbito empresarial correspondeu inicialmente a uma função de *marketing*, o que parece ser razoável, enquanto sua analogia com a guerra possibilitava estruturar uma lógica de percepção e ação em consonância com os imperativos de ‘conquista dos mercados’. E como o adverte Saint-Sernin (1992, apud Lima Junior, 2010), na medida em que novas formas de guerra foram-se desenvolvendo, mudou também o sentido da noção de estratégia. Como na guerra, no cenário de crescente competição, o mercado foi se percebendo cada vez mais como um campo de adversários. A metáfora bélica teria servido para ressaltar tais situações como manobra política funcional quando se trata da mobilização de forças sociais para um propósito comum (Hardt e Negri, 2004). Entretanto, a noção de estratégia passou a ter também um conteúdo concreto, associado à garantia na eficácia das políticas empresariais, como a combinação de ações diversas e métodos com vistas a alcançar determinados objetivos (Lima Junior, 2010).

No que concerne aos Estados Unidos, onde tanto o aparelho produtivo quanto o militar experimentaram grande crescimento e desenvolvimento, a articulação discursiva do arcabouço cognitivo da guerra teve como suporte uma dinâmica mobilização institucional. Um aparelho institucional e profissional teria sido encarregado de capitalizar os desenvolvimentos tecnológicos e organizacionais, gerados inicialmente durante a Segunda Guerra mundial, para sua aplicação no desenvolvimento produtivo e nas políticas públicas estadunidenses. Grupos de peritos em estratégia militar influenciaram marcadamente os desenvolvimentos empresariais do pós-guerra. O caso de Robert McNamara - que foi Secretário de Estado de 1961 a 1968- é emblemático, pois ele, depois de ter participado nas operações bélicas, assessorou mudanças na organização da Ford Motos Company, antes de passar para a Secretária de Estado (Lima Junior, 2010). Por outra parte, a criação de instituições do tipo *think tanks* têm desenvolvido também um papel relevante na articulação das ciências militares e empresariais e de seus modelos de intervenção. Um caso especialmente visível é o da Rand Corporation, organização sem fins de lucro que foi fundada após o término da Segunda Guerra para realizar pesquisas e assessorar a tomada de decisões nas forças armadas, assim como em outros âmbitos do setor público e privado (Rand Corporation, 2014). A Rand Corporation tem sido muito influente nas mudanças no pensamento estratégico na história recente dos Estados Unidos, entre cujos trabalhos se encontram elaborações de planejamento sistêmico adotadas na Ford; a sistematização do processo estratégico na empresa nos anos 1960, e mais recentemente, por exemplo, formulações sobre as 'guerras em rede', o desenvolvimento de capacidades nas operações militares e o planejamento ambiental em situações de pós-conflito.

Daqui se deduz que as mudanças nas formas de intervenção militar e empresarial tiveram pontos de articulação em espaços institucionais e sujeitos concretos, o que explica, em grande medida - no que se refere às formas hegemônicas de dominação militar e econômica-, as confluências e paralelismos percebidos entre elas, especialmente para a compreensão das atuais formas de territorialização empresarial. Por outro lado, é razoável pensar que as transformações nas doutrinas militares também têm-se nutrido das transformações na esfera produtiva global e na produção teórica do *management*. Isto pode ser evidenciado, por exemplo, na influência que as formas de intervenção social abraçadas pelo discurso neoliberal têm tido na doutrina militar contida nas chamadas ações cívico-

sociais mais contemporâneas, assim como nos influxos que as teorias de análise de organizações em rede, provenientes dos estudos empresariais e das ciências sociais, têm tido nas atualizações organizacionais das forças armadas (Arquilla e Ronfeldt, 2001).

3. Territórios e populações-alvo: a vontade militar de governar

As transformações na doutrina da guerra e nas teorias do *management* associadas às práticas de “responsabilidade social empresarial”, seus paralelismos e confluências, revelam hoje pontos de encontro mais gerais e formas homólogas de atuação. Uma leitura de suas analogias resulta de grande relevância para a análise das territorializações empresariais, particularmente porque, o que melhor que a associação com a prática da guerra para testar seu sentido em termos de controle e dominação? Tal semelhança se mostra ainda mais relevante hoje e sua evidência é mais tangível ao constatar-se o que poderia ser chamado de “virada territorial” das empresas. Conforme afirmaremos mais na frente, tanto as atuais lógicas militares quanto as empresariais implicam leituras similares a respeito dos territórios, mas principalmente, das populações que são atingidas por formas de ocupação militar ou por grandes empreendimentos. Alguns traços que explicam tais confluências se revelam ao analisar as transformações que em ambos os casos têm-se produzido nos últimos anos.

Em 2009, o Secretário de Defesa dos Estados Unidos daquela época, Robert Gates, em depoimentos a um diário estadunidense, reconhecia que os termos da guerra teriam mudado após os ataques do 11 de setembro nos Estados Unidos. Para ele, o caráter atual dos conflitos teria configurado um cenário de grandes incertezas. A compreensão do ambiente de segurança global teria sido complexificada pela indistinção entre os estados de guerra e de paz, entre inimigos e amigos, assim como pelas mudanças culturais, sociais e tecnológicas produzidas nas últimas décadas, que teriam impactado o caráter dos conflitos e as formas de fazer a guerra. Gates reconhecia que tais conflitos tenderiam a ser principalmente contra guerrilhas e grupos terroristas e não contra exércitos convencionais, e acrescentava: “*esses conflitos serão fundamentalmente de natureza política e exigem a aplicação de todos os elementos do poder nacional*” (Gates, 2009, p.1). Para tanto, ele clarificava a intenção de seu depoimento: “*estou aqui para o fortalecimento de nossa capacidade de usar o ‘soft power’ e de uma melhor integração com o ‘hard power’*” (Gates, 2009, p.1). Apelava desta forma a uma maior articulação entre as ações militares e as ações

civis nas forças armadas. Por tais ações civis entendia o uso da diplomacia, as comunicações estratégicas, a ajuda externa e as ações de reconstrução e de desenvolvimento econômico, consideradas necessárias para atuar com sucesso em situações como as apresentadas no Iraque e Afeganistão. Enquanto advertia sobre a eficácia que tal utilização do “*soft power*” imprimiria aos conflitos atuais, também a considerava eficaz para o tratamento dos problemas antes que eles se transformassem em conflitos.

A fala de Gates exprime uma série de transformações acontecidas durante os anos 2000 na doutrina militar dos Estados Unidos, o que pode ser compreendido na noção de “operações de pleno espectro”, integrando as lógicas de operação em situações de defesa, ofensiva e estabilização. A doutrina sobre operações de estabilização é particularmente ilustrativa da forma em que ela se dispõe a enfrentar os novos conflitos. Como pode ser observado nos manuais de campo para operações de estabilização, a ação militar se concebe para fazer frente às incertezas de uma “era de conflito persistente”. Um elemento que lhe é central é a incorporação de ferramentas da chamada “arte de governar”, que corresponde à aplicação de ‘ações cívico-sociais’ juntamente com os denominados “parceiros internacionais”, organizações humanitárias e o setor privado. A prática da estabilização tem por objetivo “moldar o ambiente operacional” (Headquarters, Department of the Army of United States, 2008, p. 2-12), e para tanto, propõe-se uma redução dos “*drivers*” do conflito, quer dizer, dos fatores ou agentes que representem fontes de instabilidade. Prescreve-se o gerenciamento dos meios e motivações do conflito para encaminhá-los construtivamente, em consonância com as metas socioeconômicas e políticas que fazem parte das determinações de nível estratégico que orientam tais operações. Reconhece-se o conflito como parte da dinâmica social, e frente a ele se visaria fornecer os meios pacíficos e eficazes para sua resolução, entre os quais está incluída a dissuasão dos adversários e a mitigação de seus efeitos sobre populações e instituições locais, assim como a intervenção ativa nas populações atingidas através do fornecimento de bens e prestação de serviços.

Em sua concretização no nível tático, a chave de tal racionalização consiste em uma compreensão das relações sociais e padrões culturais, assim como na construção de soluções criativas para melhorar as relações. Na linguagem utilizada se afirma que “*geralmente, as operações de estabilidade requerem uma maior ênfase em ações não letais*”

(p. 2-3)² e “*ênfatizam ações construtivas por parte das forças militares que operam entre a população local*” (p. 2-4)³. Parece que o foco privilegiado de intervenção nesse nível tático, mais do que um inimigo, é a população cujo conhecimento representaria um passo necessário na concretização da estratégia, ao ser usada “*para identificar e priorizar os problemas na área*” (p. D-9)⁴. Por outro lado, tais ações apontam para se conseguir o consentimento das populações no reconhecimento da legitimidade da autoridade militar. Tal legitimidade é idealizada como chegando a um estado de “propriedade” (“*ownership*”), que “*começa com e está focada nas pessoas*” (p. C-2)⁵, e “*baseia-se no envolvimento da comunidade*” (p. C-2)⁶. As ações cívicas teriam aí um papel relevante, principalmente ao acionar a ajuda ao desenvolvimento, cuja missão é “*ajudar a construir a credibilidade, confiança e consenso na população local*” (p. C-2)⁷. Entretanto, a população também se assume como meio através do qual se pode incidir, de forma indireta, sobre os fatores desestabilizadores. A este respeito, considera-se que, “*como a maioria das operações de estabilidade ocorrem em países menos desenvolvidos, sempre haverá uma longa lista de necessidades e desejos, como escolas, estradas e assistência à saúde, dentro de uma área operacional*” (p. D-9)⁸. A gestão de tais necessidades resulta crucial para os objetivos estratégicos da operação. Compreender a relação causal entre estas e a estabilidade é crucial para determinar a forma em que podem ser instrumentalizadas; assim, por exemplo, o cálculo da ação pode ser feito através de arrazoados como este: “*assegurar o acesso à água para agricultores e pecuaristas ajudará a estabilizar a região só se eles estiverem brigando por água*” (p. D-9)⁹.

Nestas diretrizes de atuação militar a população local vira o alvo de um tipo de intervenção que invoca outras formas de poder, além do uso da coerção. É neste sentido que as denominadas “equipes de reconstrução provincial” - organizações cívico-militares pensadas para operar em ambientes de “segurança instável ou limitada”-, visam desenvolver as condições necessárias de desenvolvimento econômico, assistência, infraestrutura, “capacidades humanas”, através de programas de “formação e de aconselhamento”, etc., para atuar em um ambiente político dinâmico, geralmente encontrado em situações de conflito ou pós-conflito. Para tanto, recorrem à incorporação da experiência de “desenvolvimento

² Headquarters, Department of the Army of United States, 2008.

³ Idem.

⁴ Idem.

⁵ Idem.

⁶ Idem.

⁷ Idem.

⁸ Idem.

⁹ Ibidem.

comunitário” da Agencia dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid), na tentativa de incorporar seu *know how* na “*aplicação prática e compreensão dos elementos culturais e socioeconômicas das nações em desenvolvimento*” (p. F-2)¹⁰.

É por essa via da transformação dos modelos da chamada “ajuda ao desenvolvimento” que pode-se achar uma conexão com o núcleo das práticas sociais de empresas, desenvolvidas também em grande medida por intermédio das chamadas organizações do “Terceiro Setor”. Isto pode ser evidenciado no uso comum de termos e práticas respectivas como as de “governança”, que visam desenvolver o “capital social das comunidades locais”, elementos integrantes do repertório vocabular do chamado “desenvolvimento territorial”.

4. Redes virtuosas vs. redes viciosas

Na retórica empresarial as ações de “responsabilidade social” solem ser concebidas em uma narrativa diferente que pretende criar uma ruptura com as formas tradicionais de relação entre a empresa e seu entorno. Nela as noções de delimitação entre o interior e o exterior das empresas parece desvanecer-se, como expresso, por exemplo, pelo presidente de uma empresa mineradora: “*Os grandes projetos de mineração do mundo, tradicionalmente, têm muros nos quais está contida a jazida, num espaço restrito. Esse não é o caso de Juruti. O projeto Juruti foi concebido como um projeto do século XXI, sem muros nem fronteiras*”. (GVces, Alcoa e Funbio, 2008, p.32). Em termos das relações de poder, tal abertura da empresa para seu entorno está associada às formas de organização produtiva pós-fordistas, e aos mecanismos ideológicos nos quais ela se sustenta. Uma perspectiva conexcionista parece ser acionada na relação das empresas com o território, ao estilo da representação da vida social na qual acha seus fundamentos o “novo espírito do capitalismo” (Boltanski e Chiapello, 2009). Nele é mobilizada certa arquitetura social onde o tipo e a qualidade das relações consideradas aceitáveis devem ser do tipo: “estabelecer relações”, “criar elos”, “tecer redes”, expressões que remetem de forma reiterada à noção de *rede*.

A representação da vida social em rede no interior das empresas é o que parece estar sendo igualmente projetado para seu entorno imediato. A noção de rede como forma de

¹⁰ Ibidem.

inteligibilidade da realidade social e modelo para sua intervenção, remetem-nos, de novo, para o exame do seu surgimento e aplicação no âmbito militar. A rede teria sido identificada como a forma de organização que foram assumindo os conflitos bélicos associados crescentemente a lutas contrainsurgentes, e a transformação daqueles para um modelo de organização de guerrilhas, inspirado nas transformações na força de trabalho e as formas de produção social das últimas décadas (Hardt e Negri, 2004). Na medida em que as mudanças tecnológicas se aprofundaram, a condução e os resultados dos conflitos passaram cada vez a depender mais da informação e da comunicação. Desde a ótica militar, os adversários estariam dando maior ênfase a “operações de informação” e “gerenciamento de percepções”, entendidas como ação de perturbação psicológica da sociedade para modificar sua percepção sobre quem são os adversários (Arquilla e Ronfeldt, 2001). Uma vez que se entendeu que estavam frente a adversários organizados em rede, tornou-se um desafio sua compreensão e intervenção por parte das forças militares.

Porém, enquanto estrategistas e políticos associavam principalmente as redes com organizações criminosas e terroristas, também identificavam suas aplicações virtuosas, na formulação de estratégias para trabalhar em conjunto com atores da sociedade civil (Arquilla e Ronfeldt, 2001). A noção da rede, na perspectiva militar, segundo analistas ligados à sua construção doutrinária, pode ser captada através da noção de “guerra em rede” (*netwar*), que tomaria duas fases maiores, uma, de corte mais militar associada ao domínio de terroristas e criminosos, de caráter violento e negativo, e outra mais próxima do “extremo social do espectro”, associada, por exemplo, com o ativismo social, considerado muitas vezes pacífico, e até mesmo promissor para a prosperidade das sociedades (Arquilla e Ronfeldt, 2001, p. ix). A importância de tal perspectiva tem sido a de colocar a necessidade na doutrina militar de não apenas diagnosticar a natureza da rede oponente em um determinado conflito, mas de fazer perceber como algo crucial nos governos e suas instituições militares, o desafio de assumirem também uma forma em rede.

De fato, as formas históricas de enfrentamento dos conflitos com a insurgência têm sido caracterizadas pelo menos por três lógicas de confrontação (Hardt e Negri, 2004): 1) a “decapitação” que procurava atingir as “cabeças” das organizações no propósito de desconfigurar a estrutura; 2) a forma de “privação do entorno” físico e social que sustenta as organizações rebeldes; e 3) a utilização de estratégias mais “positivas”, nos quais se tratou,

não de destruir o meio ambiente da insurgência, mas de criá-lo e controlá-lo. A nova teoria da guerra estaria dirigida a controlar a rede inimiga enfrentando-a não só militarmente, mas desde todas as frentes, na premissa de que “se precisa de uma rede para combater a uma rede” (Hardt e Negri, 2004, p.85). Isto é, as forças armadas devem elas mesmas adquirir uma forma reticular para fazer frente ao novo caráter dos conflitos.

Como é sugerido pelos idealizadores da “guerra em rede”, tal forma de compreensão e organização bélica tem sido melhorada com base em perspectivas acadêmicas, especialmente aquelas dedicadas à análise de organizações em rede. Este resulta ser um objeto privilegiado, por exemplo, em certas teorias de *management* a respeito das chamadas estratégias de não-mercado (Boddewyn, 2003) e suas aplicações para as empresas, conforme será abordado posteriormente em relação às estratégias de busca de consentimento nas populações atingidas. Tanto para as análises das redes das forças armadas quanto das empresas, as elaborações da noção de “capital social” e suas fórmulas prescritivas, vêm a desempenhar um papel central. Porém, se no campo militar há reconhecimento do “capital social” como as propriedades interpessoais ou relacionais associadas à confiança mútua, e sua relevância para atingir “sociedades prósperas”, haveria outro tipo de redes, com fortes propriedades de coesão, como aquelas ilegais de tráfico de drogas e prostituição, que não necessariamente comportam formas de respeito ou confiança (Arquilla e Ronfeldt, 2001).

4.1 Modelação das redes e “licença social para operar” na mineração

O setor da mineração oferece uma boa ilustração de intervenções nos territórios a partir da lógica reticular mencionada. Nas teorias do *management* aplicadas pelos idealizadores dos programas empresariais em matéria de “responsabilidade social”, tem obtido considerável força as tendências que prescrevem uma abordagem estratégica destes programas com o propósito de atingir o consentimento das populações locais e evitar sua oposição, ante os prejuízos que representam para elas a implantação de grandes empreendimentos. Tal consentimento já é chamado comunmente no meio como a “licença social para operar”. Este mecanismo sociopolítico de dissuasão é crescentemente racionalizado a partir do chamado enfoque de engajamento de *stakeholders* ou “partes interessadas”¹¹. A territorialização das empresas através destes dispositivos implica, para o

¹¹ O trabalho de Thompson e Boutilier (2011) - consultores com trabalhos realizados para a indústria da mineração-, resulta

caso da mineração, por exemplo, mas também de forma geral para outras indústrias demandantes de território, “*adaptar-se à localização do depósito e conectar-se com as pessoas que vivem ali*” (Thompson e Boutilier, 2011, p. 7), na lógica da “empresa extramuros” referida anteriormente. A estratégia consiste por tanto, em transformar a empresa em mais um membro na “rede social” intervinda.

Nestes modelos costuma-se identificar o sujeito de tal licença com a “comunidade”, e esta por sua vez, - em alguns discursos normativos mais elaborados- como a “rede de grupos de interesse” que compartilham um interesse comum por um empreendimento. Para tal fim, advertem que em alguns casos as comunidades com frequência já existem, ou seja, evidencia-se nelas uma “organização em rede”. Mas quando tal organização está ausente, quando não existe o tipo de coesão requerida, é possível e necessária sua criação¹². Em ambos os casos, as empresas devem se envolver na construção do “capital social” que a possibilite, chame-se a isso “construção de comunidades”, “forja de capacidades” ou “fortalecimento institucional”. Tratam-se tanto de “comunidades” que poderíamos denominar de *lacto sensu*, isto é, unidades de propósito de caráter contingente, criadas em função das necessidades dos empreendimentos¹³, ou mesmo de comunidades *stricto sensu*, aquelas conformadas por processos históricos de identificação cultural.

Por outro lado, além de sua conformação, as comunidades devem comportar certas qualidades em suas relações que as facultem para consentir a presença do empreendimento em suas vidas¹⁴. Para tanto, nestas lógicas de instrumentalização do “capital social”, são idealizados três momentos diferentes que se representam graficamente em configurações diferenciais de redes, segundo a estrutura e o conteúdo de suas relações. O resultado do estado do “capital social” de cada estágio conduziria a obter como resposta para a empresa, uma percepção de legitimidade, posteriormente, credibilidade e, finalmente, confiança. Neste último estado fala-se de “redes balanceadas” nas quais a confiança se obtém como produto do consentimento e a obediência, momento eufemisticamente chamado de

ser bastante ilustrativo sobre as características da ação reticular que é prescrita para a relação das empresas com seu entorno.

¹² A este respeito é ilustrativa uma expressão supostamente axiomática na indústria da mineração de que “*os depósitos minerais estão onde a gente os acha, e que as minas são construídas*” (Thompson e Boutilier, 2011, p.7), e acrescentaríamos, tanto técnica como socialmente .

¹³ Conforme alguns peritos do tema, ao final de contas cada grupo social “*tem seus próprios temas específicos que fornecem muitas oportunidades para unir às pessoas*” (Thompson e Boutilier, 2011, p.36).

¹⁴ Espera-se como resultado da intervenção da empresa na “comunidade”, que ela possa “*ser um sócio forte e digno de confiança em atingir qualquer objetivo que se proponha*” (Thompson e Boutilier, 2011, p.36).

“copropriedade psicológica” (Thompson e Boutilier, 2011, p.19) do projeto por parte das populações.

Tal problematização e configuração das subjetividades individuais e coletivas - que diluem os limites identitários com o “outro”- constitui sem dúvida um traço marcante das estratégias militares e empresariais centradas na produção de redes e “capital social”. Como afirmam os idealizadores destas estratégias empresariais a respeito da “copropriedade psicológica”: *“a comunidade agora é resistente à retórica de nós-contra-eles dos grupos antimineração”* (Thompson e Boutilier, 2011, p.18). Assim, os programas de “responsabilidade social” – como as ações cívico-sociais no âmbito militar-, conseguem blindar e despojar as populações de sua própria capacidade crítica pela via da construção da docilidade. Porém, mais do que passividade, tais estratégias promovem um tipo de ‘ativismo comunitário’, que, ao transferir responsabilidade de aspectos específicos do empreendimento para a comunidade, visam fazê-la “proprietária tanto das oportunidades quanto dos riscos”.

5. Considerações finais: traços de uma biopolítica do consentimento

Como temos observado, tanto na teoria da guerra contrainsurgente quanto nas estratégias empresariais de “responsabilidade social”, emerge com mais clareza a população como objeto de intervenção, ora para procurar seu consentimento, ora para compatibilizar suas condições de vida com os objetivos militares ou empresariais. Em ambos os casos, observa-se uma preocupação particularmente evidente pelas condições de vida e as disposições e comportamentos da população, tanto ou mais que pelo território em si, como domínio e receptáculo de recursos apropriáveis, questão que era particularmente marcante no nas formas clássicas de dominação colonial.

Retomando a Gates sobre a mudança no foco da doutrina militar dos Estados Unidos, este expressava que *“o sucesso vai ser menos uma questão de impor a vontade e mais uma função da formação de comportamentos - dos amigos, dos adversários, e o mais importante, entre as pessoas”* (Gates, 2009, p.1). Tal consideração remete às questões colocadas por Foucault (2006) sobre as formas de poder como governo, isto é, relações de poder onde o que está em jogo é a condução das condutas dos outros, segundo certos objetivos definidos por quem exerce tal função. É desde tal lógica de poder, que o foco nas

populações, sejam elas atingidas por uma ocupação militar ou por um projeto empresarial, coloca de presente a predominância que vêm tomando as formas de poder biopolítico. Conforme temos examinado anteriormente, percebe-se a dupla consideração biopolítica da população que tem sido característica do poder moderno. Por um lado, a vida das populações administrada em sua dimensão de ‘espécie humana’, e pelo outro, em sua dimensão de ‘público’ que introduz a problemática de governo. Quer dizer, enquanto dela se extraem os maiores benefícios biológicos e econômicos também se extraem benefícios políticos, ao incluir no cálculo estratégico a consciência dos indivíduos, para que compreendam as vantagens de dita administração, para que aceitem os princípios que sustentam seu governo (Ugarte, 2005).

Se bem o interesse pela procura de legitimação tanto no âmbito militar quanto empresarial envolve consentimento e ou dissuasão como uma questão associada à eficácia do poder, mesmo necessária para a operação do poder colonial, o que parecem estar indicando as novas formas de intervenção militar e empresarial é uma relação de natureza diferente. Em tal relação de poder as populações não só devem consentir; elas devem fazer mais, são chamadas a investir suas forças criativas em função da norma. Desta forma elas podem colaborar com os objetivos que se procuram atingir. “Propriedade” (“*ownership*”), no caso militar, “copropriedade psicológica”, no caso do setor minerador. Assim, em suas aplicações empresariais, procura-se o compromisso das populações com a “verdade” econômica da competitividade e do desenvolvimento; verdade a partir da qual elas são governadas. Neste sentido, a racionalidade do poder biopolítico vai enquadrar as guerras, conforme colocado por alguns autores (Hardt e Negri, 2004; Ugarte, 2005), não como se tratando só do sentido clássico da usurpação colonial, mas sim, da criação das condições para inserir de forma ativa as populações nos circuitos de acumulação capitalista.

Diferentemente do período colonial, as formas atuais de neocolonialismo e colonialismo interno, vigentes em grande parte da geografia mundial, implicam a intervenção em territórios onde a soberania política está mais ou menos respaldada em regimes políticos de democracia liberal. Isto explica em parte a impossibilidade de atingir uma relação estável com a população existente sem seu consentimento. Porém, a procura de consentimento também é necessária quando havendo desrespeito pela soberania – caso dos exércitos de ocupação, por exemplo-, existem condições reais ou potenciais de organização social e

resistência que ameacem o sucesso das operações. Em ambos os casos, faz sentido o ênfase da recente mudança na doutrina militar compreendida na chamada “dominação de pleno espectro”, ao pretender incidir na produção de sujeitos sociais obedientes, combinando força militar com controle social, econômico, político, ideológico e psicológico (Hardt e Negri, 2004). De forma mais ou menos análoga aconteceria com as empresas, quem têm passado a dividir boa parte da soberania sobre os territórios através dos direitos jurídicos que, por vezes, as favorecem por cima dos direitos das populações e comunidades. Nestas condições as empresas estariam exercendo uma forma de governo biopolítico, ao se propor, por um lado, a preservação da autonomia e iniciativa dos governados: o mercado, a dinâmica biológica da população, as estruturas organizativas da sociedade civil, etc., e, pelo outro, a lidar com o exercício político de conduzir cidadãos que possuem algum grau de soberania na forma de direitos políticos e jurídicos (Vásquez, 2005). Porém, vale lembrar que também como no caso militar, em prol da otimização e preservação dos processos econômicos, o Estado e os poderes dominantes podem obrigar, ainda dentro de regimes democráticos liberais, a introduzir áreas ou tempos de suspensão no exercício de tal soberania democrática.

Referências

Acselrad, H. 2014. Confluências autoritárias. Estratégias empresariais e militares de controle de território. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 5 Maio 2014. Disponível:

<<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1655>>. [Consultado 30 de novembro 2014]

Acselrad, H. e Bezerra, G. D. N. 2010. Desregulação, deslocalização e conflito ambiental – considerações sobre o controle das demandas sociais. In: Almeida, A. (et al). *Capitalismo globalizado e recursos territoriais. Fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo*, Rio de Janeiro, Lamparina, 179-210.

Amilhat Szary, A. 2010. La prise de position des acteurs privés dans La gouvernance territoriale: enjeux, opportunités, risques. “Territorial share-taking” en Amérique Latine. In: *Les acteurs privés dans la gouvernance en Amérique Latine: firme et territoire en Amérique Latine*. [livro eletrônico] Institut de recherche et débat sur la gouvernance. Março, 6-18.

Disponível: <<http://www.institut-gouvernance.org>> [Consultado 1 de dezembro 2014]

Arquilla, J. e Ronfeldt, D. *Networks and Netwars. The future of terror, crime and militancy.*

[livro eletrônico] RAND Corporation, 2001. Disponível:

<http://www.rand.org/pubs/monograph_reports/MR1382.html> [Consultado 1 de dezembro 2014]

Boddewyn, J. 2003. Understanding and advancing the concept of "nonmarket". *Business & Society*, v. 42, n. 3, 297-327.

Boltanski, L. e Chiapello, E. 2009. *O novo espírito do capitalismo*, São Paulo, Wmf Martinsfontes.

Cardoso de Oliveira, R. 1978. "A noção de colonialismo interno na etnologia" [1966]. *Sociologia do Brasil Indígena*. Brasília, Civilização Brasileira, Tempo Brasileiro, 75-82.

Foucault, M. *Seguridad, territorio, población*. 2006. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica de Argentina, S.A.

GVces/Funbio/Alcoa, 2008. *Juruti Sustentável*. Uma proposta de modelo para o desenvolvimento local, Belém, GVces/Funbio/Alcoa.

Gates, R. *A Balanced Strategy: Reprogramming the Pentagon for a New*

Age. 2009. Foreign Affairs, Jan - Fev. Disponível em Internet:

<<http://www.foreignaffairs.com/articles/63717/robert-m-gates/a-balanced-strategy>>

[Consultado 1 de dezembro 2014]

González Casanova, P. 2009. El colonialismo interno (1969). In: Roitman, M (Comp.). *De la sociología del poder a la sociología de la explotación: pensar América Latina en el siglo XXI*

[livro eletrônico] Bogotá: Siglo del Hombre Editores e Clacso, 129-156. Disponível:

<<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/coedicion/casanova/>> [Consultado 30 novembro 2014]

Hardt, M. e Negri, A. 2004. *Multitud. Guerra y democracia en la era del Imperio*, Barcelona, Debate.

Headquarters, Department of the Army (EU). 2008. *Stability Operations, Field Manual 3-07, October 2008* [livro eletrônico]. Headquarters, Department of the Army (EU). Disponível: <<http://usacac.army.mil/cac2/Repository/FM307/FM3-07.pdf>> [Consultado 20 de novembro 2014]

Lima Junior, P. de N. 2010. *Uma estratégia chamada “planejamento estratégico”:* *deslocamentos espaciais e atribuição de sentidos na terapia do planejamento urbano*, Rio de Janeiro, Letras.

Thomson, I. e Boutilier, R. 2011. *La Licencia Social para Operar*. 2011. Disponível: <<http://socialicense.com/publications/Modelling%20and%20Measuring%20the%20SLO.pdf>> [Consultado 30 de novembro 2014]

Ugarte, J. 2005. Las dos caras de la biopolítica. Em: Ugarte, J. (Comp.) *La administración de la vida. Estudios biopolíticos*, Barcelona, Anthropos, 43-72.

Vásquez, F. 2005. “Empresarios de nosotros mismos”. Biopolítica, mercado y soberanía en la gubernamentalidad neoliberal. Em: Ugarte, J. (Comp.) *La administración de la vida. Estudios biopolíticos*, Barcelona, Anthropos, 73-103.

Páginas web consultadas:

<<http://www.rand.org/>> [Consultado 30 de novembro 2014]